

Pradópolis, 28 de junho de 2011.
Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2011. As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2011 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e o IFRS. Na safra 2010/2011, apesar dos fatores climáticos terem impactado negativamente o setor, o Grupo São Martinho atingiu moagem recorde de 13,1 milhões de toneladas com produção de 873 mil toneladas de açúcar e 565 mil m3 de etanol. Adicionalmente, a flexibilidade entre produção de açúcar e etanol nas usinas São Martinho e Iracema, também colaborou para que pudéssemos maximizar o nosso resultado nesta safra já que direcionamos o mix de produção nestas duas usinas para a fabricação do açúcar que apresentava melhor rentabilidade na comparação com o etanol. Com isso, conseguimos atingir um excelente ano de resultados do grupo, com destaque para o crescimento de 9,4% na receita líquida, expressivo aumento de nosso EBITDA Ajustado de mais de 35,4% e Lucro Líquido de R\$ 142,3 milhões registrados durante o ano fiscal, indicando um aumento de 37,2% quando comparado com o mesmo período do ano passado. No exercício social de 2011, destacaram-se ainda os seguintes eventos: 1) Anúnciamos em 21/06/2010, a parceria estratégica entre o Grupo São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., com a criação da sociedade Nova Fronteira Bioenergia S.A., controladora da Usina Boa Vista S.A. e a SMBJ Agroindustrial S.A. A Petrobras Biocombustível S.A. terá 49% da nova sociedade, através da subscrição de R\$420,8 milhões em ações; 2) Anúnciamos em 16/08/2010, a primeira fase do projeto de cogeração na Usina São Martinho, com um investimento de R\$173 milhões, para a produção excedente de 244.000 MWh a partir da safra 2013/2014; 3) Anúnciamos em 18/01/2011, a segunda fase do Acordo de Serviços Logísticos com a Rumo Logística, tendo início na safra 2011/2012 e vencimento em 2019/2020 (podendo ser prorrogado), no qual o Grupo São Martinho investirá R\$30 milhões para a construção de um armazém com capacidade de 60.000 toneladas de açúcar e modernização do ramal para transbordo de até 2.000.000 toneladas de açúcar por ano; 4) Anúnciamos em 31/03/2011, a contratação de R\$239 milhões junto ao Banco Itaú BBA S.A. mediante repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para projeto de cogeração e modernização da Usina São Martinho. Abaixo, detalhamos o andamento de nossas negociações durante o exercício de 2011 bem como as perspectivas para a safra 11/12 (exercício social de 2012). Diretor Presidente - Fábio Venturilli.

1. Descrição dos Negócios: A São Martinho S.A. - uma das maiores produtoras de açúcar e álcool do Brasil - possui, atualmente, três usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis (região de Ribeirão Preto, SP); Iracema, em Iracemápolis (região de Limeira, SP) e Boa Vista (Quirinópolis), a 300km de Goiânia, GO). Na safra 10/11, apesar das condições climáticas desfavoráveis, o Grupo São Martinho atingiu sua meta e encerrou a safra com moagem de 13,1 milhões de toneladas de cana de açúcar processada. Individualmente, a unidade "Usina São Martinho" novamente se destacou, atingindo 8,4 milhões de toneladas de moagem superando novamente o recorde mundial de moagem por usina. Quanto à produção, direcionamos nosso mix para a fabricação de açúcar, encerrando a safra 10/11 com 873 mil toneladas, o que representou um crescimento de 24,4% em relação à safra passada. Nossas vendas líquidas consolidadas na safra 10/11 atingiram R\$ 1.295,0 milhões, sendo 45% destinado para o mercado local e 55% para o mercado externo. O principal produto que avançou nossas vendas durante a safra 10/11 foi o açúcar no mercado externo que atingiu receita líquida de R\$ 648,5 milhões (50% do faturamento total). No mercado local o álcool hidratado, que somou R\$ 236,9 milhões, representou 18% da receita líquida registrada pelo Grupo.

2. Conjuntura Econômica Geral e Mercado

Preços Médios	2011 (*)	2010 (**)	Var. %
Dólar	1,73	1,87	-7,5%
NY11 Cents/Libra	23,76	20,80	14,2%
Alcool Anidro (MI)	1.094,58	955,45	14,6%
Alcool Hidratado (MI)	958,88	836,18	14,7%

(*) Refere-se ao exercício social de 2011 (abril de 2010 a março de 2011)

(**) Refere-se ao exercício social de 2010 (abril de 2009 a março de 2010)

A safra 2011 foi novamente impactada por fatores climáticos que afetaram negativamente a produção de açúcar e etanol no Brasil. Com isso, a expansão da oferta continua bastante limitada o que tem se refletido no aumento de preços tanto para o açúcar quanto para o etanol. No acumulado dos 12M11, o preço do açúcar em Reais aumentou 5,7%, refletindo principalmente o aumento de 14,2% do preço da commodity em dólar, uma vez que a apreciação cambial de 7,5% acabou impactando negativamente na valorização da commodity ao produtor brasileiro. No caso do etanol, a elevação nos preços no mesmo período foi de 14,6% para o álcool anidro e 14,7% para o álcool hidratado, impulsionado pela crescente demanda pelo combustível devido ao aumento da frota flex no Brasil. **3. Gestão de Pessoas:** Propiciar oportunidades, capacitar e motivar as equipes, estudar novas tecnologias e parcerias para agregar maior valor ao seu produto, tornaram-se objetivos do dia a dia da companhia para enfrentar os desafios cada vez maiores do setor sucroenergético. Algumas ferramentas e programas são desenvolvidos pela companhia.

Estagiário: O objetivo é prepará-los através da integração dos conhecimentos da escola e da organização. A meta é contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno por meio da complementação do binômio ensino-aprendizagem prática. Com essa interação, o Grupo acredita que o aluno e a empresa ganham através do estímulo ao aperfeiçoamento técnico do estagiário e de seus colaboradores. **Jovens aprendiz:** através de convênios com instituições como SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, a Companhia atende à legislação, prepara tecnicamente novos profissionais de acordo com sua demanda e cria oportunidade de acesso ao mercado de trabalho aos jovens, através do primeiro emprego. **Trainee:** objetiva atrair, reter e desenvolver talentos potenciais para atuar como líderes da organização no curto e médio prazo a fim de garantir sustentabilidade ao negócio. Através do projeto "Líderes do Futuro", o trainee conhece a realidade da São Martinho e aprende a relacionar-se com pessoas de diversas áreas e diferentes culturas e participa de uma abrangente agenda de cursos, visitas e trabalhos.

Remuneração: O Grupo São Martinho adota práticas de remuneração compatíveis com o mercado e estabelece políticas que valorizam e reconhecem o desempenho dos colaboradores. **PPR – Programa de Participação nos Resultados:** Com metas anuais e foco no desempenho econômico, financeiro e operacional do Grupo, os colaboradores podem obter até dois salários a mais por ano dependendo do alcance das metas acordadas. **Remuneração Variável:** A companhia adota também a remuneração variável mensal baseada na performance das equipes, dos processos e no desempenho individual. Abrange os colaboradores dos processos agrícola e industrial que podem assim, obter um incremento substancial em sua remuneração mensal. **Benefícios:** O Grupo São Martinho oferece um completo pacote de benefícios aos colaboradores. Os principais são: plano de saúde, previdência privada, assistência odontológica e farmacêutica, refeição, cesta básica, transporte, seguro de vida, entre outros específicos de cada unidade. **Segurança:** A companhia adota os mais rígidos padrões de segurança na prevenção de acidentes do trabalho e oferece um ambiente e uma atividade laboral que prezam pela integridade física do colaborador. Um intenso trabalho de conscientização e prevenção também é desenvolvido através de diálogos diários de segurança, atuação efetiva das CIPAs (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), investimento em EPIs – Equipamentos de Proteção Individual de primeira linha, certificados e desenvolvimentos para atender exigências ergonômicas, além da capacitação intensa da sua equipe de técnicos. **Saúde Ocupacional:** Possui estrutura própria que atende à legislação vigente, equipes treinadas constantemente e equipamentos de apoio. O Grupo investe em campanhas, programas e palestras de prevenção que garantem melhores condições de saúde e bem-estar aos colaboradores. A ginástica laboral, adotada em todas as áreas da companhia, proporciona a prevenção de lesões, corrige posturas e melhora o desempenho. **Treinamento / Capacitação:** O desenvolvimento das competências comportamentais e habilidades técnicas é o principal objetivo do investimento em treinamento e capacitação. A companhia acredita que é a melhor forma de preparar a organização para enfrentar os desafios futuros, que exigirão cada vez mais profissionais motivados, atualizados, versáteis e comprometidos. **Gestão de Potenciais:** Preocupada em alcançar as metas de crescimento, o Grupo desenvolve programa que visa valorizar seus colaboradores através da identificação e preparação de seus possíveis sucessores. **Bolsas de Estudo:** Com o objetivo principal de desenvolver as competências necessárias para avançar a performance dos colaboradores, este programa contempla cursos de níveis técnico, graduação e pós-graduação.

4. Investimentos

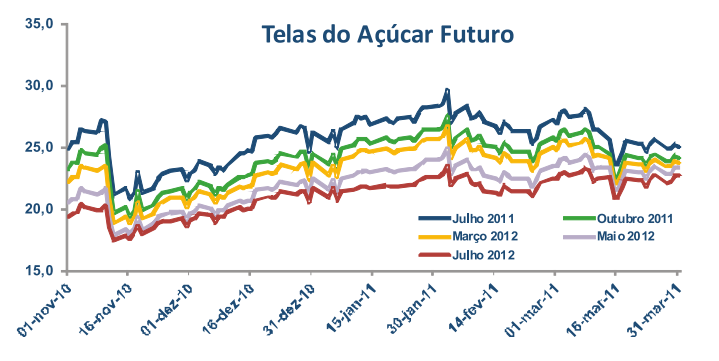
São Martinho - Consolidado	12M11	12M10	Var. %
Capex (Manutenção)			
Plantio de Cana	74.006	78.006	-5,1%
Industriais/Agrícolas	96.526	115.286	-16,3%
Tratos Culturais (Novo critério IFRS)	92.015	93.784	-1,9%
Sub Total	262.546	287.076	-8,5%
Modernização/Mecanização/Expansão			
Industriais/Agrícolas	36.504	23.429	55,8%
Outros	387	306	26,3%
Sub Total	36.891	23.735	55,4%
Usina Boa Vista			
Plantio de Cana	52.926	55.355	-4,4%
Industriais/Agrícolas	75.660	40.587	86,4%
Sub Total	128.586	95.942	34%
Total Geral	428.023	406.753	5,2%

O volume de investimentos do grupo São Martinho (já considerando os tratos culturais como Capex) no acumulado de 12M11 somou R\$ 428 MM. O Capex de manutenção so-

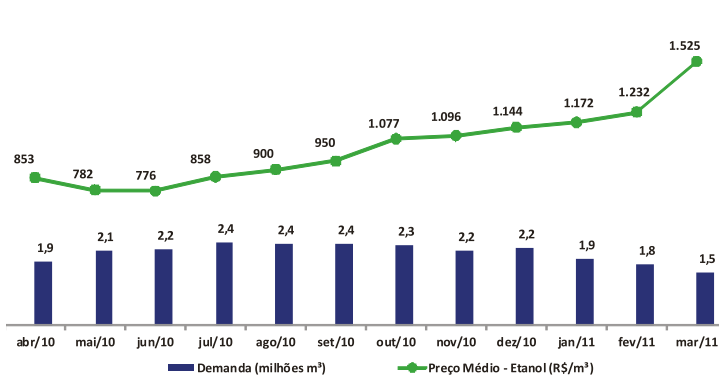
mo R\$ 262,5 milhões, representando 43% do EBITDA ajustado do grupo. Com isso, nosso Fluxo de Caixa operacional (EBITDA ajustado - Capex de Manutenção) totalizou R\$ 350 milhões. Para a safra 11/12 esperamos que nosso Capex de manutenção totalize aproximadamente R\$ 280 milhões e o Capex de ampliação R\$ 180 milhões. Os gastos de ampliação são: 1) expansão do plantio da Usina Boa Vista, 2) investimentos em cogeração na São Martinho e; 3) expansão do nosso terminal de escoamento de açúcar. **5. Governança Corporativa e Política de Dividendos - 5.1. Governança Corporativa:** A Sociedade confirmou sua opção pelas melhores práticas de Governança Corporativa ao aderir às regras do Novo Mercado da Bovespa, assegurando aos seus acionistas total transparência e tratamento igualitário, através do cumprimento de uma das mais importantes e restritas regras de regulamentações de mercado, inclusive dentre os mercados internacionais. Para o atendimento aos investidores, desde o início das negociações das ações na Bovespa, foi estruturada uma equipe de Relações com Investidores (RI) que divulga ao mercado – nos idiomas português e inglês – todos os comunicados, fatos relevantes e demonstrações financeiras. **5.2. Política de Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 8.838 (R\$ 0,0783 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.933 (R\$ 0,2741 por ação), correspondente a 35% do lucro líquido do último exercício (de acordo com o BR GAAP antigo) após a constituição da reserva legal. Conforme facultado pela Lei 9.249/95, em setembro de 2010 a controlada USM (atualmente Vale do Mogi) calculou e distribuiu Juros sobre o Capital Próprio - JCP para a Companhia com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 15.680. Em dezembro de 2010, a Companhia calculou e distribuiu JCP com base na TJLP vigente no período, no montante bruto de R\$ 19.559. Os JCP recebido da controlada USM foram registrados nos livros fiscais como receita financeira, e os JCP pagos aos acionistas pela Companhia foram registrados nos livros fiscais como despesa financeira, conforme requerido pela legislação fiscal. Posteriormente, os juros sobre o capital próprio recebidos foram creditados à conta de investimentos, e os juros sobre o capital próprio pagos foram debitados à conta de lucros acumulados, em atendimento a Deliberação CVM 247/96. Adicionalmente, os JCP foram computados no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos obrigatórios foram apurados como segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício (2010 - valor conforme BR GAAP antigo - Nota 38)	142.288	93.032
Absorção de prejuízos acumulados	(39.927)	(102.973)
	102.361	93.032
Constituição de reserva legal - 5%	(5.468)	(4.652)
Base de cálculo para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	103.893	88.380
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (2011 - R\$ 0,2301 por ação)	25.973	22.095
JCP pagos a títulos de dividendos, líquidos do IRRF (2011 - R\$ 0,1488 por ação)	(16.793)	(15.626)
Parcela dos dividendos mínimos obrigatórios, a pagar (2011 - R\$ 0,0813 por ação)	9.180	6.469

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2011, foi proposta uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 21.062 (R\$ 0,1866 por ação) a ser ratificada em Assembléia Geral Ordinária. **6. Perspectivas - Perspectivas para as Próximas Safra:** Durante o 4T11 o preço do açúcar no mercado internacional renovou as máximas históricas atingindo USD 35 cents/pound na tela com vencimento em Março/11. No entanto, após atingir preços recordes no início do ano, os futuros do NY11 começaram a cair em março/11 e desde então, vêm se mantendo no patamar de negociação próximo a US\$ 20 cents. A queda observada no mês de março/11 foi puxada pela superação de expectativas em relação à safra tailandesa, que passou das esperadas 6,7 milhões de toneladas em novembro/10, para 9,5 milhões em abril deste ano. O ano safra 2010/11 já aponta para um excedente de produção, porém, este volume extra de açúcar, ainda será insuficiente para elevar de maneira significativa os estoques globais da commodity. Este fato tende a pressionar o mercado de açúcar mundial, deixando os preços da commodity, bastante suscetíveis a qualquer alteração na expectativa de oferta para a próxima safra. Acreditamos que a limitação na ampliação da oferta do açúcar para os próximos anos no Brasil e na Índia (principais produtores mundiais), deve manter os preços acima de USD 20 cents/pound para as próximas safras, principalmente para a safra 11/12. No Brasil, devido à falta de investimentos no setor, a disponibilidade de cana para ser processada durante a safra 11/12, não crescerá significativamente. De acordo com estimativas da UNICA, para esta safra o crescimento da moagem na região Centro Sul, deverá ser de apenas 2%, enquanto a produção de açúcar deverá crescer 3% e no caso do etanol o volume de produção ficará estável em relação ao observado na safra anterior. Com relação a safra indiana, os últimos dados referentes a safra 10/11, apontam para uma produção de 24,7 milhões de toneladas, ligeiramente abaixo das expectativas iniciais. Para a safra 11/12, a produção indiana deverá crescer para 25,7 milhões de toneladas, impulsionada pelo aumento na área dedicada à cana de açúcar naquele país.



Álcool: O preço do etanol manteve sua tendência de alta durante o 4T11, com acréscimo de 15,6% e 20,2% para o etanol anidro e hidratado, respectivamente, quando comparados com o mesmo período do ano anterior. No acumulado da safra, o preço médio tanto do anidro quanto do hidratado, teve alta superior a 14,5% no comparativo com o ano anterior. A subida dos preços está relacionada a um balanço entre oferta e demanda de etanol no Brasil bastante apertada durante a safra 10/11. Do lado da oferta, o clima seco durante a safra, acabou antecipando o término do período de moagem resultando em um menor volume de etanol produzido em relação às expectativas do início da safra. Adicionalmente, devido a elevada rentabilidade do açúcar, as usinas continuaram durante a safra 10/11, a priorizar a produção da commodity, sendo que os impactos de quebra de safra acabaram sendo refletidos mais na produção de etanol. Pelo lado da demanda, a venda de carros flex durante o ano de 2010, apresentou crescimento de 9% em relação a 2009. Mesmo com esse forte crescimento, a frota flex ainda representa 50% da frota total de veículos no Brasil, proporcionando muito espaço para o crescimento de demanda potencial. Adicionalmente a demanda surpreendeu na entressafra quando tivemos forte alta de preços e o consumo não caiu com a força que estava sendo esperada, conforme podemos observar no gráfico abaixo. Como resultado deste mercado mais equilibrado em termos de oferta e demanda, a paridade média do etanol em relação a gasolina nos postos de São Paulo, que representa aproximadamente 60% do consumo total de etanol no Brasil, passou de 60% na safra 2009/10, para 63% na safra 2010/11, impactada pela alto nos preços pagos ao produtor. Para a safra 11/12, as projeções da UNICA não apontam para nenhum incremento de oferta, resultando em um balanço entre oferta e demanda ainda mais apertado para esta nova safra. Com isso, acreditamos que a paridade de preços entre etanol e gasolina nos postos de combustível tende a ser ainda mais próxima dos 70%, o que deverá se traduzir em um preço pago ao produtor acima do registrado na safra anterior.



11. Serviços Prestados pelos Auditores Externos - 2. Auditores - 2.1 Em relação aos auditores independentes

	Exercício social findo em 31 de março de			
	2011	2010	2009	2008
a) Nome empresarial	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (1º trimestre)	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Sr. Mauricio Cardoso de Moraes CPF: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 2133-6600 Fax: (16) 2133-6685	Responsável 2º trim, 3º trim e 4º trim: Sr. Mauricio Cardoso de Moraes - CPF: 795.008.389-15 E-mail: mauricio.moraes@br.pwc.com Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400 - 21º andar conj. 1 a 6, CEP: 14020-250, Ribeirão Preto/SP Telefone: (16) 2133-6600 - Fax: (16) 2133-6685 Responsável 1º trim: Sr. Nourival Claudino Pedroso CPF: 813.409.748-00. E-mail: npedroso@deloitte.com Endereço: Rua Alexandre Dumas, 1.981, CEP: 04717-906, São Paulo/SP - Telefone: (11) 5186-1000 Fax: (11) 5186-1283	Responsável 4º trim: Sr. Nourival Claudino Pedroso CPF: 813.409.748-00. E-mail: npedroso@deloitte.com. Endereço: Rua Alexandre Dumas, 1.981, CEP 04717-906, S.Paulo/SP Telefone: (11) 5186-1000 - Fax: (11) 5186-1283 Responsável 1º trim, 2º trim e 3º trim: Sr. José Carlos Amadi - CPF: 060.494.668-66 E-mail: jamadi@deloitte.com Endereço: Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, CEP: 13091-611, Campinas/SP Telefone: (19) 3707-3000 - Fax: (19) 3707-3001	Sr. José Carlos Amadi CPF: 060.494.668-66 E-mail: jamadi@deloitte.com Endereço: Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, CEP: 13091-611, Campinas/SP Telefone: (19) 3707-3000 Fax: (19) 3707-3001
c) Data da contratação dos serviços	10 de agosto de 2010	10 de agosto de 2009	10 de julho de 2008	10 de julho de 2007
d) Descrição dos serviços contratados	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir de 31 de março de 2011 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos do preenchimento da DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Exame das demonstrações financeiras do exercício social a partir de 31 de março de 2010 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2009, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; Serviços de consultoria tributária contemplando: revisão dos procedimentos de apuração de cálculo de IRPJ e CSLL, revisão dos procedimentos do preenchimento da DIPJ, revisão dos procedimentos de apuração do PIS e COFINS e revisão dos procedimentos de apuração do ICMS e IPI.	Serviços de auditoria externa anual individual (controladora) e consolidado do exercício social e revisão limitada trimestral individual (controladora) e consolidado. Serviços de revisão tributária / fiscal permanente (Compliance); Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM.	Serviços de auditoria externa anual individual (controladora) e consolidado do exercício social e revisão limitada trimestral individual (controladora) e consolidado; Serviços de revisão tributária / fiscal permanente (Compliance); Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Serviço de diagnóstico quanto a adequação das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") às Normas Internacionais das Demonstrações Financeiras - IFRS.
e) Substituição do auditor	Não houve substituição do auditor	Sim	Não houve substituição do auditor	Não houve substituição do auditor
i) Justificativa da substituição	Não aplicável	A substituição ocorreu porque a administração da Companhia entendeu que a substituição é um processo natural e salutar de rotatividade, conforme política de governança corporativa.	Não aplicável	Não aplicável
ii) Razões do auditor pela discordância da justificativa da substituição	Não aplicável	Não há	Não aplicável	Não aplicável

...continuação	
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2011 - Em milhares de	
Ativo	Passivo
Acervo líquido cindido	Acervo líquido cindido
Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa ...	Empréstimos e financiamentos ...
Contas a receber de clientes ...	Instrumentos financeiros derivativos
Estoques ...	Fornecedores
Tributos a recuperar ...	Obrigações Copersucar
Outros ativos ...	Salários e contribuições sociais
	Tributos a recolher
	Outros passivos
Não circulante	
Realizável a longo prazo	
Partes relacionadas ...	
IR e CS diferidos ...	Não circulante
Tributos a recuperar ...	Empréstimos e financiamentos ...
Outros ativos ...	Obrigações Copersucar
	Impostos parcelados
	Tributos diferidos
	Provisão para contingências
	Outros passivos
Investimentos	
Ativos biológicos	
Imobilizado	
Intangível	
Total do Ativo	Total do Passivo
	Total do acervo líquido cindido e incorporado

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS - 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído (*deemed cost*) de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos na data de transição para IFRS/CPs, e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*. Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado do exercício, estão descritas na Nota 38. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas. **2.2. Consolidação - (a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(i) Controladas e controladas em conjunto:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia detém participações societárias de controle conjunto. Nesses casos, o poder de determinar, conjuntamente, as políticas financeiras e operacionais se dá pelo direitos de voto, proveniente das ações ordinárias, e, também, das demais diretrizes estabelecidas nos correspondentes estatutos sociais e acordos de acionistas, firmados entre as partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são registrados pelo método de consolidação proporcional, no qual a Companhia reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas sua participação nos ativos, passivos e nas receitas e despesas da entidade controlada em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e das suas controladas e controladas em conjunto, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação proporcional aplicáveis. Os saldos consolidados incluem as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:

Empresa	Atividades principais
Vale do Mogi (antiga USM) - participação de 100% no capital social	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades. Após a cisão mencionada na Nota 1.7, tem como objetivo a exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
Orntek - participação de 100% no capital social.	Industrialização e comercialização, no mercado externo, de sal sódico. O ciclo operacional é o mesmo da sociedade controladora, que é a responsável pelo fornecimento, em condições específicas, do melão de cana-de-açúcar, vapor e energia elétrica, insumos necessários à produção da empresa.
SMA - 50% de participação no capital social.	Produção e comercialização de produtos químicos renováveis de alta performance, bem como outros produtos correlatos.
USL - 41,67% de participação no capital social	Prestação de serviços de armazenagem.
NF - 62,89% de participação, com base no capital social integralizado.	Participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, bem como a gestão e comercialização de bens próprios.
UBV - subsidiária integral da NF. Em 31 de março de 2010 a Companhia detinha 28,30% (100% incluindo a participação da USM).	Atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de álcool e seus derivados, cogeração de energia elétrica e exploração agrícola.
SMBJ - subsidiária integral da NF e subsidiária integral da USM em 31 de março de 2010.	Atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool (etanol) e seus derivados e cogeração de energia elétrica; exploração agrícola e pecuária; importação e exportação de bens, produtos e matéria-prima; e participação em outras sociedades.

Abaixo, seguem as demonstrações resumidas das empresas consolidadas proporcionalmente (controladas em conjunto) pela Companhia, que, até novembro de 2010 eram consolidadas via USM. • NF - 100% de participação no capital social até novembro de 2010 (direta e indiretamente). Em dezembro, após a operação descrita na Nota 1.5 acima, toda a participação do Grupo São Martinho nessa investida ficou concentrada na Companhia, que passou a deter 50,95% de participação societária considerando todas as ações subscritas e 62,89% considerando as ações integralizadas até 31 de março de 2011. Até novembro de 2010 a referida consolidação proporcional ocorreu por meio da USM (atualmente Vale do Mogi) (Nota 1.7). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentavam os seguintes saldos:

	31/03/2011
Ativo circulante	240.266
Ativo não circulante:	
Realizável a longo prazo	95.482
Investimentos, ativos biológicos, imobilizado e intangível	801.400
Total do ativo	1.137.148
Passivo circulante	138.172
Passivo não circulante	375.124
Patrimônio líquido	623.852
Total do passivo e patrimônio líquido	1.137.148
Receita líquida de vendas	153.875
Custos e despesas operacionais	(136.379)
Prejuízo operacional, antes dos tributos	(3.687)
Prejuízo do exercício	(820)

As demonstrações financeiras da NF são consolidadas previamente à consolidação efetuada pela Companhia, utilizando práticas contábeis e critérios de consolidação consistentes com as utilizadas pela Companhia, compreendendo as seguintes controladas: • UBV - 100% de participação no capital social. • SMBJ - 100% de participação no capital social. • SMA - 50% de participação no capital social (consolidação proporcional), os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentavam os seguintes saldos:

	31/03/2011
Ativo circulante	107
Ativo não circulante	
Imobilizado e intangível	1.370
Total do ativo	1.477
Passivo circulante	1.434
Patrimônio líquido	43
Total do passivo e patrimônio líquido	1.477
• Usina Santa Luiza S.A. ("USL") - 41,67% de participação no capital social (consolidação proporcional), até novembro de 2010 a referida consolidação proporcional ocorreu por meio da USM (atualmente Vale do Mogi) (Nota 1.7). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentam os seguintes saldos:	

	31/03/2011	31/03/2010
Ativo circulante	4.424	4.476
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo	1.041	294
Investimentos, imobilizado e intangível	6.743	7.310
Total do ativo	12.208	12.080
Passivo circulante	1.761	1.447
Passivo não circulante	21.388	24.624
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.800	3.400
Passivo a descoberto	(14.741)	(17.391)
Total do passivo e do passivo a descoberto	12.208	12.080
Receita líquida de vendas	646	1.184
Custos e despesas operacionais	(1.186)	(9.762)
Prejuízo operacional	(859)	(9.762)
Prejuízo do exercício	(150)	(13.340)

• Mogi - 46,02% de participação no capital social (consolidação proporcional) até outubro de 2010, quando a empresa sofreu cisão total dos seus ativos e passivos (Nota 1.6). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentavam os seguintes saldos:

São Martinho S.A.

	30/09/2010	31/03/2010
Ativo circulante	18	1
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo	389	529
Imobilizado	57.140	57.147
Total do ativo	57.547	57.677
Passivo circulante	100	3
Patrimônio líquido	57.447	57.674
Total do passivo e patrimônio líquido	57.547	57.677
Prejuízo do período/exercício	(22)	(170)

(ii) Transações e participações não controladoras: A Companhia trata as transações com participações não controladoras, quando aplicável, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação detida em uma coligada ou controlada em conjunto. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais as controladas e as controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo. **2.3. Apresentação de informação por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os demonstrativos internos fornecidos para os principais tomadores de decisões operacionais. O principais tomadores de decisões operacionais, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, são a Diretoria, a Presidência e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. **2.4. Conversão em moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados como "Variações monetárias e cambiais líquidas (Nota 34)", exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6. Ativos financeiros - 2.6.1. Classificação:** A Companhia classifica os ativos financeiros como: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimo e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado como mantido até o vencimento ou disponível para venda. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e outros ativos" e parte do "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 7 e 8). **2.6.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da Companhia. **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - impairment:** A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e a redução ao valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar a redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ser reconhecida, a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado. **2.7. Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*. Até fevereiro de 2010 a Companhia e suas controladas não aplicavam a chamada contabilização de *hedge (hedge accounting)*, embora fizessem uso de derivativos com o objetivo de proteção, motivo pelo qual as correspondentes variações do valor justo dos derivativos eram contabilizadas diretamente no resultado do exercício, na rubrica "Resultado financeiro". A partir de março de 2010, inclusive, a Companhia e suas controladas passaram a adotar a contabilização de *hedge accounting* para os derivativos assim designados. As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração da Companhia e de suas controladas e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial"), líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Na liquidação das referidas operações de *hedge accounting* de fluxo de caixa, seus efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas no objeto do *hedge*. O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 29. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço. **2.9. Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação. Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar (tratos culturais) são apropriados às safras em andamento e classificados na rubrica "Ativos Biológicos" - Nota 14. A cana-de-açúcar no momento da colheita é considerada como produto agrícola e é mensurada pelo seu valor justo, menos despesas com vendas, o qual é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e álcool. **2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, bem como dos débitos correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 25). Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **2.11. Depósitos judiciais:** Os depósitos são

reais, exceto quando indicado de outra forma atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os correspondentes passivos em discussão são demonstrados na Nota 28. **2.12. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia, conforme demonstrado na Nota 13. **2.13. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem ao plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e álcool. Esses ativos estão avaliados pelo valor justo menos as despesas de vendas. O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte, motivo pelo qual são classificadas como cultura permanente. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 14. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo registrado na sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo. **2.14. Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na Nota 15. Terras e terrenos não são depreciados. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. A Companhia optou por avaliar determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs/IFRS; ou seja, 1º de abril de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos (Nota 15 (a)). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado. **2.15. Intangível - (i) Ágio/deságio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **(ii) Programas de computador (softwares):** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo. • O *software* pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*. • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. **2.16. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:** O imobilizado, e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.17. Arrendamento mercantil:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **2.18. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia. **2.19. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores capturados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.20. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais correspondentes. **2.21. Reconhecimento de receita e apuração do resultado:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **(i) Venda de produtos:** As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **(ii) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. **(iii) Demais receitas e despesas/custos:** As demais receitas e despesas/custos são reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com perspectivas de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantias reais, históricas e outras características. **(b) Provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques:** A provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques é calculada mediante análise do custo médio de produção dos produtos acabados em relação aos seus valores de realização no mercado, menos as despesas com vendas. **(c) Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos da Companhia e de suas controladas representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 14. **(d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. **(e) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período. **(f) Provisão para contingências:** A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerer elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(g) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado:** A Companhia e suas controladas revisam e, se apropriado, ajustam as vidas úteis de seus ativos, no mínimo anualmente. A referida revisão foi efetuada por empresa especializada em conjunto com a adoção do custo atribuído (*deemed cost*). **4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR - (a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas:** As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia e suas controladas iniciados em 1º abril de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas. • IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas",

...continuação

São Martinho S.A.

emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia e suas controladas irão aplicar a norma revisada a partir de 1º de abril de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, a Companhia e suas controladas precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. • IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e possivelmente afetará a contabilização da Companhia e suas controladas para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. • IFRS 10, "Demonstrações Financeiras Consolidadas". Esta norma estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está avaliando o impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adoção do IFRS 10. • IFRS 11, "Empreendimentos em conjunto". A referida norma prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar entidades controladas em conjunto. O IFRS 11 substitui o IAS 31 "Empreendimentos Controlados em Conjunto" e SIC-13 "Entidades Conjuntamente Controladas - Contribuições Não Monetárias por Acionistas", e entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos decorrentes da adoção dessa norma. • IFRS 12, "Divulgações de Participações em Outras Entidades". Trata-se de uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. O IFRS 12 entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os eventuais impactos em suas divulgações decorrentes da adoção dessa norma. • IFRS 13, "Mensuração do valor justo". Estabelece novos requisitos sobre como mensurar o valor justo e as divulgações relacionadas para o IFRS e US GAAP. A norma entra em vigor para os exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos decorrentes da adoção dessa norma. • "Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como ativos alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos decorrentes da adoção dessa norma. • IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 1º de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. A Companhia e suas controladas irão aplicar a interpretação a partir de 1º de abril de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras. **(b) Aprimoramentos aos IFRS em 2010:** As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil. As melhorias são relativas às seguintes normas: • IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"; • IFRS 3 - "Combinações de Negócios"; • IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"; • IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"; • IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas"; • IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"; e • IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes".

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - 5.1. Fatores de risco financeiro: A Companhia e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos para administrar, através da utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com variação cambial e volatilidade dos preços do açúcar no mercado internacional de commodities, inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela Administração e referendadas pelo Conselho de Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (c) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços. Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia e de suas controladas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar junto a clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros. A Companhia e suas controladas gerenciam ativamente as posições contratadas, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas posições firmadas em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros e de opções da bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE *Futures US*) e em mercado de balcão com sólidas instituições financeiras.

5.2. Risco cambial: A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, de maneira mais relevante, em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas controladas pela Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades controladas pela Companhia usam contratos a termo de moedas, NDFs e estratégia de opções. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

5.2.1. Ativos e passivos expostos à variação cambial: O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2011:

	R\$	Mil US\$ equiv.
Caixa e equivalentes de caixa (bancos-depósitos à vista)	9.153	5.623
Contas a receber de clientes	15.562	9.560
Total dos ativos	24.715	15.183
Passivos - Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	(4.998)	(3.069)
Instrumentos financeiros derivativos	(19.943)	(12.245)
Fornecedores	(45)	(28)
Outros passivos	(18.695)	(11.478)
Passivos - Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	(290.539)	(178.387)
Total dos passivos	(334.220)	(205.207)
Exposição líquida passiva	(309.505)	(190.024)

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2011 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 1,6279 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 1,6287 por US\$ 1,00 para os passivos. O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, no montante de R\$ 4.998, refere-se substancialmente a operações de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC), com vencimentos no mês de abril de 2011, que estão vinculados à exportação de produtos. O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R\$ 290.539, refere-se substancialmente a empréstimos na modalidade de Pré-Pagamento de Exportação, denominado em dólares norte-americanos, contratado pela Companhia junto a instituições financeiras internacionais, com prazo de vencimento de 4 (quatro) anos. Tendo em vista que a liquidação dos contratos mencionados acima se dará através de exportações de produtos, a Administração da Companhia entende que estas operações possuem *hedge* natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações dos resultados, sem efeito equivalente no fluxo de caixa das empresas. **5.3. Risco de volatilidade no preço de commodities:** A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Em 31 de março de 2011, 101.051 toneladas de açúcar estavam precificadas através de contratos de venda para entregas futuras previstas entre abril de 2011 e março de 2012, com fixação em um preço médio de 22,70 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso) junto à bolsa de Nova Iorque - ICE *Futures US*. **5.4. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Companhia e suas controladas seguem a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, conforme definido na política da Companhia. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira a Companhia entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que a Companhia pratique preços de venda acima da média histórica. **5.5. Riscos de crédito:** A gestão de risco de crédito ocorre através de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia e de suas controladas, por meio da Política de Gestão de Riscos de Contraparte. A Companhia controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira. Com relação ao risco de crédito de clientes a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **5.6. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada para a Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado no montante de R\$ 204.130 (2010 - R\$ 38.512) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2011				
Empréstimos e financiamentos	80.291	72.062	243.015	20.713
Instrumentos financeiros derivativos	25.910			
Fornecedores	46.642			
Partes relacionadas	33			
Outros passivos	21.398	4.845	5.566	

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2010				
Empréstimos e financiamentos	87.811	21.014	14.646	11.250
Instrumentos financeiros derivativos				
Fornecedores	16.985			
Partes relacionadas	3.944			
Outros passivos	1.855	1.454		
Em 1º de abril de 2009				
Empréstimos e financiamentos	87.054	12.030	16.153	12.916
Fornecedores	16.916			
Partes relacionadas	15.632			
Outros passivos	5.781	2.160		

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2011				
Empréstimos e financiamentos	140.982	130.467	371.715	68.529
Instrumentos financeiros derivativos	25.910			
Fornecedores	61.096			
Partes relacionadas	705			
Outros passivos	21.137	4.598	5.873	
Em 31 de março de 2010				
Empréstimos e financiamentos	326.746	157.192	402.223	68.978
Instrumentos financeiros derivativos				
Fornecedores	74.172			
Partes relacionadas	123			
Outros passivos	12.914	5.805	9.734	
Em 1º de abril de 2009				
Empréstimos e financiamentos	401.115	104.332	375.256	250.898
Instrumentos financeiros derivativos	4.829			
Fornecedores	76.150			
Partes relacionadas	3.277			
Outros passivos	14.983	3.318		

5.7. Análise de sensibilidade: Em conformidade com a Instrução CVM nº. 475, a Companhia demonstra no quadro a seguir, uma análise de sensibilidade sobre os efeitos de variação do valor justo dos instrumentos financeiros relativos à precificação e proteção de risco cambial e de outros ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira em 31 de março de 2011, que são considerados pela Administração como o risco mais relevante a que a Companhia está exposta. Esta análise considera as expectativas da Administração com relação ao cenário futuro projetado, por esse motivo não foi revisada pelos auditores independentes.

Operação	Risco	Cenário provável		Cenários possíveis	
		Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Contas a receber	Queda do US\$	1,55	(683)	(4.046)	(7.410)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,60	4.141	(57.455)	(119.051)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,55	9.494	(4.323)	(18.139)
Contas a pagar	Alta do US\$	1,58	345	(2.505)	(5.356)
Contratos a termo de açúcar - NDF	Aumento no preço da commodity	21,39	22.046	(7.357)	(36.760)
Venda mercado futuro - Etanol	Aumento no preço da commodity	1.154,56	(29)	(5.086)	(10.143)
Compra mercado futuro - Açúcar	Queda no preço da commodity	25,69	(9.191)	(23.816)	(39.886)
Venda mercado futuro - Açúcar	Aumento no preço da commodity	24,76	19.276	(4.686)	(25.579)
Venda de "call" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	27,59	2.916	2.802	2.687
Compra de "call" - Açúcar	Queda no preço da commodity	26,50	(540)	(540)	(540)
Venda de "put" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	21,21	(279)	(409)	(538)
Compra de "put" - Açúcar	Queda no preço da commodity	23,92	3.587	1.890	193
Consolidado	Cenário provável		Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%

Operação	Risco	Cenário provável		Cenários possíveis	
		Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Caixa e bancos	Queda do US\$	1,55	(796)	(4.718)	(8.639)
Contas a receber	Queda do US\$	1,55	(752)	(4.455)	(8.157)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,60	4.305	(68.503)	(141.311)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,55	9.494	(4.323)	(18.139)
Contas a pagar	Alta do US\$	1,58	345	(2.505)	(5.356)
Contratos a termo de açúcar - NDF	Aumento no preço da commodity	21,39	22.046	(7.357)	(36.760)
Venda mercado futuro - Etanol	Aumento no preço da commodity	1.154,56	(29)	(5.086)	(10.143)
Compra mercado futuro - Açúcar	Queda no preço da commodity	25,69	(9.191)	(23.816)	(39.886)
Venda mercado futuro - Açúcar	Aumento no preço da commodity	24,76	19.276	(4.686)	(25.579)
Venda de "call" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	27,59	2.916	2.802	2.687
Compra de "call" - Açúcar	Queda no preço da commodity	26,50	(540)	(540)	(540)
Venda de "put" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	21,21	(279)	(409)	(538)
Compra de "put" - Açúcar	Queda no preço da commodity	23,92	3.587	1.890	193

5.8. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice correspondente à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA considerado é o acumulado dos últimos doze meses. A Companhia considera ideal um indicador de até 3,5, ou seja, que a dívida líquida corresponda a 3,5 vezes o EBITDA. É aceitável que em anos de baixo preço, dada a ciclicidade natural do setor, que este indicador atinja valores superiores. Porém, em caso de persistência do indicador em níveis elevados, as ações citadas acima, bem como outras, poderão ser colocadas em prática. O referido índice é calculado e divulgado trimestralmente no relatório da administração (*release*) da Companhia. **5.9. Apuração do valor justo:** A determinação do valor justo (*"fair value"*) dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apreamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses podem divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados com os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado. O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE *Futures US*) é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data-base, obtido de cotização em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado. O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o método de "Black & Scholes", utilizando dados públicos de mercado, especificamente a curvas de juros DI e DDI e de dólar futuro publicadas pela BM&F. O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por métodos de desconto de fluxo de caixa futuro, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar na bolsa ICE. A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível p/ a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares. A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos p/ ativos e passivos idênticos (Nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de março de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	14		14
Opções de açúcar	129		129
Opções de dólar	221		221
Contratos a termo - câmbio	3.894		3.894
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	(2.634)		(2.634)
Contratos a termo - açúcar	(23.276)		(23.276)
Em 31 de março de 2010			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	6.351		6.351
Opções de açúcar	1.195		1.195
Contratos a termo - câmbio	947		947
Contratos a termo - açúcar	22.391		22.391
Em 1º de abril de 2009			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	174		174
Opções de açúcar	569		569

	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de março de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	14		14
Opções de açúcar	129		129
Opções de dólar	221		221
Contratos a termo - câmbio	3.894		3.894
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	(2.634)		(2.634)
Contratos a termo - açúcar	(23.276)		(23.276)
Em 31 de março de 2010			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	8.661		8.661
Opções de açúcar	1.195		1.195
Contratos a termo - câmbio	2.682		2.682
Contratos a termo - açúcar	41.696		41.696
Em 1º de abril de 2009			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	330		330
Opções de açúcar	492		492
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo - câmbio	(4.829)		(4.829)

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		
	Emprestimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge
Ativos conforme balanço patrimonial			
Em 31 março de 2011			
Caixa e equivalentes de caixa	18.791	97.670	116.461
Contas a receber de clientes	50.439		50.439
Instrumentos financeiros derivativos	1.709	4.258	5.967
Partes relacionadas	4.833		4.833
Depósitos judiciais	30.564		30.564
Outros ativos	10.577		10.577
Em 31 março de 2010			
Caixa e equivalentes de caixa	24.200		24.200
Contas a receber de clientes	10.956		10.956
Instrumentos financeiros derivativos	1.335	1.195	29.689
Partes relacionadas	9.		

...continuação

Os valores apresentados como vencidos são, substancialmente, relativos processos de exportação, os quais são faturados à vista e, em média, levam 30 dias para a conclusão do processo de recebimento. O prazo médio de recebimento das contas a receber foi de 23 dias (25 dias no consolidado). A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil dos saldos de contas a receber.

	Controladora		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Produtos acabados e em elaboração	66.674	13.756	21.090
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	19.931	2.225	3.144
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	29.437	6.544	6.957
	<u>116.042</u>	<u>22.525</u>	<u>31.191</u>
Consolidado			
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Produtos acabados e em elaboração	72.477	43.144	102.986
Sai sódico - RNA	8.033	1.499	6.572
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	23.986	31.023	42.562
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	38.510	29.504	33.642
Provisão para redução dos estoques a valor de realização (3.900)	(101)	(6.448)	
	<u>139.106</u>	<u>105.069</u>	<u>179.314</u>

Com o objetivo de garantir o cumprimento de parte das obrigações assumidas por ocasião do desligamento da Copersucar, ocorrido em 31 de março de 2008, a Companhia ofereceu em penhor à Copersucar 25.757 m³ de álcool anidro carburante. **10. TRIBUTOS A RECUPERAR:** A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições	18.162	9.803	10.538
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	4.438	5.180	3.737
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	3.950	1.955	2.102
Outros	454	31	47
	<u>27.004</u>	<u>16.969</u>	<u>16.424</u>
Ativo circulante	(12.650)	(10.774)	(8.266)
Não circulante	14.354	6.195	8.158
	<u>37.220</u>	<u>47.390</u>	<u>67.578</u>
Consolidado			
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições	42.116	67.540	62.777
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	18.819	24.591	31.245
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	9.236	14.074	12.946
Outros	569	933	2.155
	<u>70.740</u>	<u>107.138</u>	<u>109.123</u>
Ativo circulante	(33.520)	(59.748)	(41.545)
Não circulante (substancialmente de créditos sobre aquisições de imobilizado)	37.220	47.390	67.578

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável (créditos sobre aquisições de imobilizado). Os créditos sobre aquisições de imobilizado são compensados de acordo com a legislação fiscal aplicável. **11. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - a) Saldos da controladora e do consolidado:**

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
De controladas e relacionadas:				
Vale do Mogi (anteriormente USM)	203	447	922	4.614
Omttek	2.962	46	3.005	11.768
UBV	80	33	8.625	17
USL	1.586			
Monte Sereno				
Agrícola Ltda	2			
Sub-total	4.833	33	9.118	3.944
De acionistas, decorrentes de compras de cana-de-açúcar - Fornecedores	877	254	193	193
	<u>4.833</u>	<u>910</u>	<u>9.118</u>	<u>4.198</u>
Consolidado				
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009	1º de abril de 2009
De controladas e relacionadas:				
SMA	693			
Mogi			123	26
SMBJ	30	12		
Agropecuária Vale do Corumbatal S.A.			6	
Agropecuária Caieira do Norte S.A.			2	
Imobiliária Paramirim S.A.			5	
Monte Sereno Agrícola Ltda	2	9		
SM Participações S.A.			2	
USL	1			3.251
SC			21	1.393
Usina da Barra S.A. - Açúcar e Alcool			26	1.856
Sub-total	33	705	71	123
De acionistas, decorrentes de mútuo			140	175
De acionistas, decorrentes de compras de cana-de-açúcar - Fornecedores	4.541	1.396	959	959
	<u>33</u>	<u>5.246</u>	<u>211</u>	<u>1.519</u>

Os saldos mantidos com controladas em 31 de março de 2011 e de 2010 e 1º de abril de 2009 referem-se a contratos de mútuo com vencimento a cada 31 de dezembro, prorrogáveis por mais um ano, sobre os quais incidem encargos equivalentes a 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e outras transações mercantis entre as empresas. O prazo máximo estimado para a liquidação de todos os saldos de longo prazo com as partes relacionadas é de 24 meses. As compras de cana-de-açúcar de acionistas observam condições mercantis semelhantes às praticadas com terceiros.

	31 de março de 2011				
	Receitas financeiras e administrat.	Despesas de vendas	Receitas de rateadas por controlada	Despesas por reembolsadas por controladas	Despesas Compras produtos e serviços
USM		8	2.808	2.509	421
Omttek		7.918		86	43
UBV	11	134		3.298	
USL				68	
Acionistas					
- aluguel de imóveis		195			
- prestação de serviços		693			
- compras de cana-de-açúcar					3.243
	<u>11</u>	<u>888</u>	<u>8.060</u>	<u>2.808</u>	<u>3.961</u>

	31 de março de 2010				
	Receitas financeiras e administrat.	Despesas de vendas	Receitas de rateadas por controlada	Despesas por reembolsadas por controladas	Despesas Compras produtos e serviços
USM	8	973	2.462	4.246	68
Omttek	72		6.453		59
UBV	91	646	3		1.092
Acionistas					
- aluguel de imóveis		73			
- prestação de serviços		157			
- compras de cana-de-açúcar					1.428
	<u>171</u>	<u>1.849</u>	<u>8.918</u>	<u>4.246</u>	<u>3.544</u>

As transações c/ partes relacionadas referem-se a receitas e despesas relativas a encargos incidentes s/ contratos de mútuo, venda de melão, vapor, energia elétrica, compra e venda de insumos agrícolas e industriais e outros produtos, aluguéis de imóveis, prestação de serviços advocatícios e compras de cana-de-açúcar, as quais observam condições mercantis semelhantes às praticadas c/ terceiros. As despesas rateadas por controlada referem-se a gastos incorridos pela USM até novembro de 2010, posteriormente pela Companhia, c/ o centro de serviços compartilhados. As despesas reembolsadas por controladas referem-se a gastos incorridos com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os raios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

	31 de março de 2011		31 de março de 2010	
	Receitas financeiras e administrat.	Despesas de vendas	Receitas de rateadas por controlada	Despesas por reembolsadas por controladas
Acionistas				
- aluguel de imóveis		334		73
- prestação de serviços		1.368		1.364
- compras de cana-de-açúcar		9.013		7.802
		<u>10.715</u>		<u>9.239</u>

d) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Ordenados e salários	184	511	254	510
Honorários e bônus	7.539	5.060	10.742	10.562
Contribuições previdenciárias e sociais	1.183	1.003	1.694	2.033
Plano de previdência privada	152	121	325	311
Programa de participação nos resultados		74		74
Outros	21	50	28	79
	<u>9.079</u>	<u>6.819</u>	<u>13.043</u>	<u>13.570</u>

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Despesas antecipadas	2.191	178	922	1.473
Adiantamentos diversos	2.234	1.238	1.698	2.333
Outros investimentos	5.347	3.430	3.430	5.418
Outros créditos	805	37	25	225
	<u>10.577</u>	<u>4.883</u>	<u>6.075</u>	<u>12.793</u>
Ativo circulante	(4.958)	(1.449)	(2.641)	(5.692)
Ativo não circulante	5.619	3.434	3.434	7.101

São Martinho S.A.

13. INVESTIMENTOS: O saldo de investimentos da controladora em sociedades controladas e controladas em conjunto é composto como segue:

13.1. Sociedades controladas

	Vale do Mogi	Omttek	NF	SMA	UBV	USL	Total
Em Sociedades controladas:							
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	27.971	426.635	50			11.898
Percentual de participação	100,00%	100,00%	62,89%	50,00%			41,67%
Capital social	59.540	27.971	684.870	100			3.541
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	762.432	24.614	623.852	43			(14.741)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	87.085	(8.338)	(820)	(57)			(156)
Movimentação dos investimentos:							
Saldos em 31 de março de 2010	1.263.806	18.906			89.061		1.371.773
Juros sobre o capital próprio recebidos	(15.680)						(15.680)
Dividendos adicionais distribuídos	(93.567)						(93.567)
Incorporação de acervo líquido cindido - Nota 1.7	(444.085)	15.884	287.855		20	(7.592)	(147.918)
Aumento de capital com adiantamento - AFAC						8.377	8.377
Gainho (perda) de reserva de reavaliação reflexa, por aumento (diminuição) de participação	2.101	(2.055)				(46)	
Integralização de capital com conferência de ações do capital da UBV			96.246			(96.246)	
Alienação de ações - Nota 1.5			(410)				(410)
Gainho de capital na operação descrita na Nota 1.5			8.943				8.943
Perda reflexa sobre Ajustes de avaliação patrimonial	(37.228)					(23)	(37.251)
Gainho (perda) de capital por diminuição de participação nos resultados acumulados até 31 de março de 2010	(1.348)	(449)				1.797	
Resultado de equivalência patrimonial	87.085	(7.672)	(293)		1	(2.917)	1.450
Reclassificação para o passivo circulante referente a investimento com Passivo a descoberto						6.142	6.142
Saldos em 31 de março de 2011	762.432	24.614	392.341	21	3	6.142	1.179.411

	31 de março de 2010			
	Vale do Mogi	UBV	Omttek	Total
Em Sociedades controladas:				
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	117.243	13.925	
Percentual de participação	100%	28,30%	99,99%	
Capital social	60.000	414.288	13.925	
Patrimônio líquido	1.263.806	314.694	18.906	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	128.194	5.389	(793)	
Movimentação dos investimentos:				
Saldos em 1º de abril de 2009	1.158.777	66.361	19.700	1.244.838
Juros sobre o capital próprio recebidos	(11.965)			(11.965)
Dividendos provisionados	(10.332)			(10.332)
Gainho (perda) de reserva de reavaliação reflexa, por aumento (diminuição) de participação		590	(726)	(136)
Gainho (perda) de capital por diminuição de participação nos resultados acumulados até 31 de março de 2009	(21.772)	21.772		
Efeitos reflexos sobre Ajustes de avaliação patrimonial	20.338	25		20.363
Resultado de equivalência patrimonial	128.170	1.629	(794)	129.005
Saldos em 31 de março de 2010	<u>1.263.806</u>	<u>89.061</u>	<u>18.906</u>	<u>1.371.773</u>

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as controladas diretas e indiretas. **13.2. Ágio, cisão e incorporação da Etanol Participações S.A. ("EP"):** Em 12 de abril de 2007, a EP adquiriu participação no capital social da USL e da Agropecuária Aquidaban S.A. ("AA"), pelos montantes de R\$ 184.080 e R\$ 61.360, respectivamente, registrando um ágio total no montante de R\$ 210.117, sendo R\$ 154.013 referentes à aquisição da USL e R\$ 56.104 referentes à aquisição da AA, com base nas demonstrações financeiras daquelas empresas levantadas em 31 de março de 2007. Em 10 de dezembro de 2007, os acionistas da EP comunicaram ao mercado o encerramento das atividades operacionais da USL e AA. Na sequência das deliberações acima, em 21 de dezembro de 2007 os acionistas da EP deliberaram pela cisão total de seus ativos e passivos, os quais foram vertidos para a USL e AA. As participações societárias da EP nos patrimônios da USL e AA foram extintas, e as ações anteriormente detidas pela EP na USL e AA foram atribuídas a seus acionistas. Em função destas decisões, a distribuição do ágio pago pela EP na aquisição destas controladas entre mais-valia de ativos e rentabilidade futura foi revista e as determinações das Instruções CVM nº 319, de 3/12/1999, e nº 349, de 6 de março de 2001, foram aplicadas no processo de consolidação da controlada USM. Esta revisão teve como base laudo de avaliação do valor econômico do investimento preparado por peritos independentes considerando a absorção das operações destas controladas pelas acionistas controladoras e a venda de parte significativa de seus ativos imobilizados. Os ativos imobilizados disponibilizados para venda passaram a ser classificados no balanço patrimonial consolidado em rubrica específica no ativo não circulante, compreendendo o custo histórico contábil adicionado do ágio a eles atribuído, os quais somados compõem o valor esperado de realização destes ativos, conforme determinado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Os ativos imobilizados que não serão vendidos permanecem classificados em rubrica própria, pelo custo histórico de aquisição somado do ágio respectivo. O ágio remanescente foi classificado como rentabilidade futura, líquido do benefício fiscal respectivo e, encontra respaldo em avaliação econômica do investimento segundo a nova premissa operacional estabelecida em dezembro de 2007. Até 31/03/2009, a parcela do ágio relativa à rentabilidade futura estava sendo amortizada em período não superior a 10 (dez) anos, de acordo com a expectativa de retorno do investimento prevista no laudo de avaliação econômica segundo a configuração operacional do investimento. Conforme determinado pelo CPC 01 e pela deliberação CVM 565/08, o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura deixou de ser sistematicamente amortizado a partir do exercício social iniciado em 1º de abril de 2009 e passou a ser analisado periodicamente quanto à capacidade de recuperação. As análises efetuadas não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas. O ágio atribuído aos ativos destinados à venda será amortizado quando da realização de tais ativos. O benefício fiscal oriundo do ágio referente à rentabilidade futura é amortizado conforme sua efetiva utilização nas apurações fiscais. Após os eventos mencionados acima e as movimentações de amortização e baixa em decorrência dos bens vendidos, a distribuição do ágio no consolidado é como segue:

	Saldo líquido em:			
	Ágio	31 de março de 2011	31 de março de 2010	1º de abril de 2009
Rentabilidade futura - Intangível	39.688	(5.673)	34.015	34.015
Mais-valia de ativos destinados à venda	27.415	(27.362)	53	92
Benefício fiscal relativo à parcela da rentabilidade futura - Impostos diferidos	20.446	(10.938)	9.508	13.585
	<u>87.549</u>	<u>(43.973)</u>	<u>43.576</u>	<u>51.747</u>

15. IMOBILIZADO

	Terras		Edifícios e dependências		Equipamentos e instalações industriais		Veículos		Máquinas e implem. agrícolas		Outras imobilizações		Obras em andamento		Total	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Saldos em 1º de abril de 2009	550.675		22.298		149.554		17.824		41.371		3.152		10.026		794.900	
Aquisição				10		19.161		242		2.921		521		18.813		41.668
Alienação (residual)		(871)				(95)		(380)		(333)		(2)				(1.681)
Transferência						7.623		184		670		5		(8.482)		(42.465)
Depreciação				(1.822)		(29.990)		(4.183)		(5.980)		(490)				(92.651)
Saldos em 31 de março 2010	549.804		20.486		146.253		13.687		38.649		3.186		20.357		792.422	
Custo total	549.804		28.555		196.512		24.864		55.429		8.123		20.357		883.644	
Depreciação acumulada			(8.069)		(50.259)		(11.177)		(16.780)		(4.937)				(91.222)	
Valor residual	<u>549.804</u>		<u>20.486</u>		<u>146.253</u>		<u>13.687</u>		<u>38.649</u>		<u>3.186</u>		<u>20.357</u>		<u>792.422</u>	
Saldos em 31 de março 2011	549.804		20.486		146.253		13.687		38.649		3.186		20.357		792.422	
Aquisição					61.452		39		8		353		31.215		93.607	
Alienação (residual)		(1.245)			(375)		(624)								(2.244)	
Transferências entre contas		400		1.351		5.965		1.756		8.309		1.054		(18.835)		
Acervo incorporado da USM		55.450		45.405		255.960		31.151		69.699		4.443		30.402		492.510
Depreciação				(2.518)		(32.436)		(

São Martinho S.A.

...continuação

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas vigentes, como segue:

	31 de março de 2011		31 de março de 2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Controladora:				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	173.974	173.974	87.229	87.229
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	(43.494)	(15.658)	(21.807)	(7.851)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	19.755	7.111	32.251	11.611
Ganho (perda) de capital com investimentos	2.133	768		
Juros sobre o capital próprio ..	971	350	1.592	573
Benefícios fiscais - parcelamento Lei 11.941			339	122
Outras diferenças permanentes	(3.216)	(1.156)	(297)	(107)
PAT e doações incentivadas ..	750		24	
Imposto de renda e contribuição social	(23.101)	(8.585)	12.102	4.348
Imposto de renda e contribuição social	(31.686)		16.450	

	31 de março de 2011		31 de março de 2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Consolidado:				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	197.096	197.096	145.864	145.864
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	(49.274)	(17.739)	(36.466)	(13.128)

	31 de março de 2011		31 de março de 2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Diferenças permanentes				
Incentivos fiscais de ICMS, não tributados	1.994	718	2.395	862
Tributos diferidos não constituídos	66	23	(922)	(332)
Juros sobre o capital próprio	4.890	1.760	4.583	1.650
Benefícios fiscais - parcelamento Lei 11.941			4.199	1.512
Baixa de tributos diferidos em controlada - USL			(1.117)	(402)
Outras diferenças permanentes	227	82	(2.491)	(897)
PAT e doações incentivadas	2.445		688	
Imposto de renda e contribuição social	(39.652)	(15.156)	(29.131)	(10.735)

Imposto de renda e contribuição social

26. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS: A UBV possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício pela UBV está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da UBV. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado como deduções da receita líquida, reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída Reserva para Incentivos Fiscais, em contrapartida à conta de Lucros (prejuízos) acumulados, no montante apurado da subvenção, na UBV. Para os exercícios findos em 31 de março de 2011 e de 2010, o valor do incentivo que impactou o resultado foi de R\$ 7.975 e R\$ 9.581, respectivamente.

27. COMPROMISSOS: A Companhia e suas controladas estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo são aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras: **27.1. Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal:** A Companhia e suas controladas possuem áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou reflorestamento destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Tais áreas, nos termos da legislação ambiental vigente, correspondem a matas ciliares e áreas destinadas à chamada "reserva legal". As matas ciliares, encostas, remanescentes de vegetação nativa e áreas averbadas como reserva legal são rigorosamente observadas e preservadas no momento do cultivo da cana-de-açúcar. A Companhia e suas controladas não promovem qualquer intervenção nessas áreas. A Companhia - com exceção da sua controlada UBV que já adquiriu áreas para exploração agroindustrial e preservação florestal nas propriedades estabelecidas pela legislação - ainda não possui o percentual mínimo previsto na legislação vigente de áreas de reserva legal averbadas, mas possui áreas aptas a averbação proporcional nos próximos 30 anos (10% a cada período de 3 anos), nos termos estabelecidos pela legislação do Estado de São Paulo. Entretanto, como a obrigação de abandonar áreas historicamente cultivadas e destiná-las à reserva legal ainda é controversa nas esferas política e judicial, a Companhia acompanha atentamente a evolução desses fatos e avalia as múltiplas alternativas para o atendimento das exigências legais. No caso das operações incorporadas da antiga USM, a Companhia também discute, judicialmente, tal obrigação, cujo risco de perda nessas ações é avaliado como possível e, em paralelo, avalia a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público de Ribeirão Preto, para regularização da reserva legal de parte de suas propriedades rurais. Os valores a serem investidos para cumprir estes compromissos, bem como a forma como os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado. **27.2. Contrato de fornecimento de etanol:** Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a MC pelo período de 30 anos, a partir da safra 2008/2009, na proporção de 30% de toda a produção de etanol da UBV, em condições de mercado. O contrato ainda prevê em cláusula a renovação automática por mais 10 anos. **27.3. Concessão de direito de preferência na compra de etanol:** A Companhia e sua controlada NF outorgaram a PBio direito de preferência, em termos e condições de mercado, para compra de até 49% da produção de etanol e da energia elétrica excedente da UBV e SMBJ. **27.4. Avais concedidos:** A Companhia é a avaliadora garantidora do pagamento de empréstimos e financiamentos contraiados pela UBV no montante de R\$ 462.383. **28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - 28.1. Perdas prováveis:** A Companhia e suas controladas, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantêm as seguintes provisões para contingências para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	31 de março de 2010		Saldo incorporado USM		31 de março de 2011	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões	Atualização monetária	Atualização monetária
Tributários ..	3.072	651	4.982	(109)	131	8.727
Cíveis e ambientais	7.912	1.321	9.999	(643)	(4.636)	545
Trabalhistas	6.439	43.774	1.825	(2.944)	(4.665)	2.389
	17.423	45.746	16.806	(3.587)	(9.410)	3.065
(-) Depósitos judiciais	(5.624)	(25.205)	(1.808)		2.594	(521)
	11.799	20.541	14.998	(3.587)	(6.816)	2.544
						(30.564)
						39.479

	31 de março de 2010		Redução de partic. na UBV		31 de março de 2011	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões	Atualização monetária	Atualização monetária
Tributários ..	4.191	(35)	5.725	(1.222)	811	9.470
Cíveis e ambientais	10.429	(16)	10.039	(1.523)	(4.916)	1.111
Trabalhistas	53.269	(317)	7.969	(7.316)	(9.591)	5.676
	67.889	(368)	23.733	(8.839)	(15.729)	7.598
(-) Depósitos judiciais	(28.580)	58	(6.761)	4.263	(1.347)	(32.367)
	39.309	(310)	16.972	(8.839)	(11.466)	6.251
						41.917

Em 31 de março de 2011, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado): **Processos tributários:** Referem-se a: (a) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pela Companhia e suas controladas, onde foram efetuados depósitos judiciais, dos valores discutidos; (b) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa das empresas em processos tributários. **Processos cíveis e ambientais:** Referem-se a: (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e constituição de reserva legal; e (iii) execuções de natureza ambiental. **Processos trabalhistas:** As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras; (ii) horas "in itinere"; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição previdenciária; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o consequente pagamento de 13º salário e férias acrescidas da terça constitucional. **28.2. Perdas possíveis (passivo contingente):** A Companhia e suas controladas são parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados da Companhia, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Natureza	31 de março de 2010		31 de março de 2011	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
Processos Tributários:				
Consolidado				
Mercadorias - Sugar #11				
Contratos Futuros				
Compromisso de Venda	141.580	24,76	125.873	(1.081)
Compromisso de Compra	83.922	25,69	77.417	(1.553)
				(2.634)
Contratos de Opções				
Posição titular - Venda	64.872	23,92	55.712	3.201
Posição titular - Compra	10.160	26,50	9.668	540
Posição Lançadora - Venda	14.224	21,22	10.836	(240)
Posição Lançadora - Compra	75.032	27,59	74.348	(3.372)
				129
Mercadorias - ETH BMF				
Contratos Futuros				
Compromisso de Venda	11.190	1.062,09	396	14
				14
Moeda - USD				
Contratos de Opções				
Posição titular - Venda	9.000	1,72	15.480	528
Posição Lançadora - Compra	9.000	1,87	16.830	(307)
				221

Natureza	31 de março de 2010		31 de março de 2011	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
Consolidado				
Mercadorias - Sugar #11				
Contratos Futuros				
Compromisso de Venda	15.291	13,24	10.335	84
Compromisso de Compra	7.061	12,42	4.476	90
				174
Contratos de Opções				
Posição titular - Venda	62.535	12,55	40.062	(1.020)
Posição Lançadora - Compra	62.535	14,00	44.688	1.589
				569

Natureza	31 de março de 2010		31 de março de 2011	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
Consolidado				
Mercadorias - Sugar #11				
Contratos Futuros				
Compromisso de Venda	141.580	24,76	125.873	(1.081)
Compromisso de Compra	83.922	25,69	77.417	(1.553)
				(2.634)
Contratos de Opções				
Posição titular - Venda	64.872	23,92	55.712	3.201
Posição titular - Compra	10.160	26,50	9.668	540
Posição Lançadora - Venda	14.224	21,22	10.836	(240)
Posição Lançadora - Compra	75.032	27,59	74.348	(3.372)
				129
Mercadorias - ETH BMF				
Contratos Futuros				
Compromisso de Venda	11.190	1.062,09	396	14
				14
Moeda - USD				
Contratos de Opções				
Posição titular - Venda	9.000	1,72	15.480	528
Posição Lançadora - Compra	9.000	1,87	16.830	(307)
				221

Natureza	31 de março de 2010		31 de março de 2011	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
Processos Cíveis e Ambientais:				
Consolidado				
Instância				
Nº de processos				
1ª Instância judicial				
Tribunal inferior				
Tribunal superior				
Total				
Natureza				
Ambientais	48	1.671	1.306	1.201
Cíveis				
Indenizatórias	30		2.875	207
Revisão de contratos	11			23
Retificação de área e registro imobiliário	3		9	
Alvarás para obtenção de licença de pesquisa .	6			
Regulatório	1	64	1.431	4.701
	99	1.735	4.190	12.057

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: Conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados como "mantidos para negociação" e registrados pelo seu valor justo no ativo circulante quando seu valor justo for positivo e no passivo circulante quando seu valor justo for negativo. As variações do valor justo devem ser registradas no resultado do exercício, a não ser quando o derivativo for designado para contabilidade de hedge. A utilização da contabilidade de hedge (*hedge accounting*) é optativa e objetiva registrar os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos no mesmo momento em que os objetos protegidos afetam o resultado da entidade, de forma a respeitar o princípio contábil de competência e reduzir a volatilidade no resultado criada pela marcação a mercado dos derivativos. A partir de 1º de março de 2010, a Companhia e suas controladas optaram pela utilização da contabilidade de hedge (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos eleitos para a designação são derivativos de açúcar, etanol e de moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas da safra 2011/2012 e foram classificados como hedge de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras). Os derivativos designados para contabilidade de hedge são registrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. As variações eficazes de valor justo dos derivativos designados e que se qualificam para contabilidade de hedge são classificadas na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Líquidos de tributos diferidos, e registradas no resultado na rubrica "Receita líquida de vendas" quando do reconhecimento da receita da respectiva venda coberta, o que ocorre no mês de embarque da mercadoria vendida. A parcela ineficaz das variações é registrada como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorre. Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para hedge proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras. Para os hedges de câmbio, os derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes hedges são realizados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs) e estratégias de Opções junto a instituições financeiras de primeira linha. Para os hedges de açúcar, os derivativos foram designados como proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha através de contratos de câmbio. Em 31 de março de 2011 e de 2010 e 1º de abril de 2009, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos são como segue:

	31 de março de 2010		31 de março de 2011	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
Depósitos de margem ..	1.709	1.335	199	1.709
Resultado potencial com futuros de açúcar	(2.634)	6.351	174	(2.634)
Resultado potencial com futuros de etanol	14		14	
Resultado potencial com opções de açúcar	129	1.195	569	129
Resultado potencial com opções de dólar	221		221	
Resultado potencial com contratos a termo - câmbio	3.894	947	3.894	2.682
Resultado potencial com contratos a termo - açúcar	(23.276)	22.391	(23.276)	41.696
	(19.943)	32.219	942	(19.943)
No ativo, circulante	5.967	32.219	942	5.967
No passivo, circulante ..	(25.910)		(25.910)	
	(19.943)	32.219	942	(19.943)

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções. Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades. A data de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos firmados é determinada em função da estimativa de embarque do açúcar e etanol protegidos e previsão futura de fluxo de caixa decorrente destes embarques, conforme acordado com os clientes. **29.1. Demonstrativo do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos:** Em 31 de março de 2011 e de 2010 e 1º de abril de 2009, a composição do valor justo de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, são como segue:

	31 de março de 2010		31 de março de 2011	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
a) Contratos futuros e opções:				
Controladora				
Mercadorias - Sugar #11				
Contratos Futuros				
Compromisso de Venda	141.580	24,76	125.873	(1.081)
Compromisso de Compra	83.922	25,69	77.417	(1.553)
				(2.634)
Contratos de Opções				
Posição titular - Venda	64.872	23,92	55.712	3.201
Posição titular - Compra	10.160	26,50	9.668	540
Posição Lançadora - Venda	14.224	21,22	10.836	(240)
Posição Lançadora - Compra	75.032	27,59	74.348	(3.372)
				129
Mercadorias - ETH BMF				
Contratos Futuros				
Compromisso de Venda	11.190	1.062,09	396	14
				14
Moeda - USD				
Contratos de Opções				
Posição titular - Venda	9.000	1,72	15.480	528
Posição Lançadora - Compra	9.000	1,87	16.830	(307)
				221

|--|

...continuação

São Martinho S.A.

29.2. Margens dadas em garantia: Para atender as garantias exigidas pelas bolsas em determinadas operações com instrumentos financeiros derivativos, a Companhia e suas controladas mantinham os montantes abaixo demonstrados como garantia de operações com derivativos.

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2009
Corretoras						
Natixis		1.335	199		1.336	152
New Edge	507			507	2.836	3.696
Prudential	1.202			1.202	(2)	
	1.709	1.335	199	1.709	4.170	3.848

30. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO (CONSOLIDADO): A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o conselho de administração. As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela Companhia e suas controladas, compondo três segmentos: (i) Açúcar; (ii) Etanol; e (iii) Outros produtos. No segmento de "Outros produtos" (iii) estão incluídas as operações relacionadas à produção e comercialização de energia elétrica, provenientes da Companhia e da UBV, ácido ribonucleico (sal sódico), provenientes da controlada Omtex, e outros produtos ou subprodutos de menor relevância. As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil (Estado de São Paulo e Goiás). As informações por segmento de negócios, utilizadas pelos principais tomadores de decisão são as seguintes: (a) **Resultado consolidado por segmento**

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2009
Receita líquida	702.175	520.958	71.913	1.295.046	(895.775)	
Custo dos produtos vendidos	(420.483)	(411.529)	(63.690)	(895.702)		
Lucro bruto	281.692	109.429	8.223	399.344		
Margem bruta	40,1%	21,0%	11,4%	30,8%		
Despesas com vendas	(47.274)	(10.777)	(154)	(58.205)		
Demais despesas operacionais				(105.374)	(105.374)	
Lucro operacional	234.418	98.652	8.069	(105.374)	235.765	
Receitas (despesas) financeiras				(62.134)	(62.134)	
Variações cambiais, líquidas				23.465	23.465	
Lucro antes dos tributos	234.418	98.652	8.069	(144.043)	197.096	
Imposto de renda e contribuição social				(54.808)	(54.808)	
Lucro líquido do exercício	234.418	98.652	8.069	(198.851)	142.288	

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2009
Receita líquida	582.253	522.838	78.195	1.183.286	(895.775)	
Custo dos produtos vendidos	(373.675)	(461.939)	(60.161)	(895.702)		
Lucro bruto	208.578	60.899	18.034	287.511		
Margem bruta	35,8%	11,6%	23,1%	24,3%		
Despesas com vendas	(46.047)	(15.086)	(320)	(61.453)		
Demais despesas operacionais				(96.911)	(96.911)	
Lucro operacional	162.531	45.813	17.714	(96.911)	129.147	
Receitas (despesas) financeiras				(66.580)	(66.580)	
Variações cambiais, líquidas				83.297	83.297	
Lucro antes dos tributos	162.531	45.813	17.714	(80.194)	145.864	
Imposto de renda e contribuição social				(39.866)	(39.866)	
Lucro líquido do exercício	162.531	45.813	17.714	(120.060)	105.998	

(b) Ativos operacionais consolidados por segmento: Os principais ativos operacionais da Companhia e suas controladas foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um ano para outro.

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2009	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2009
Contas a receber de clientes	22.379	34.024	3.270	59.673		
Estoques	65.442	59.811	13.853	139.106		
Ativos biológicos	206.760	228.772		435.532		
Imobilizado	1.471.068	1.351.584	42.109	2.864.761		
Intangível	21.700	15.026		36.726		
Total	1.787.349	1.689.217	59.232	3.535.798		

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2010	31 de março de 2009	31 de março de 2008	31 de março de 2010	31 de março de 2009	31 de março de 2008
Contas a receber de clientes	11.695	26.462	3.471	41.628		
Estoques	33.127	64.919	7.023	105.069		
Ativos biológicos	188.619	273.333		461.952		
Imobilizado	1.303.604	1.698.423	40.732	3.042.759		
Intangível	19.156	18.011		37.167		
Total	1.556.201	2.081.147	51.226	3.688.575		

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2010	31 de março de 2009	31 de março de 2008	31 de março de 2010	31 de março de 2009	31 de março de 2008
Contas a receber de clientes	5.571	28.534	11.439	45.544		
Estoques	84.511	65.509	29.294	179.314		
Ativos biológicos	162.369	244.503		406.872		
Imobilizado	1.334.356	1.641.248	39.469	3.015.073		
Intangível	19.334	18.553		37.887		
Total	1.606.141	1.998.347	80.202	3.684.690		

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionada relacionadas a passivos.

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas						
Mercado interno	286.197	180.191	670.493	657.291		
Mercado externo	321.898	112.024	713.894	624.858		
	608.095	292.215	1.384.387	1.282.149		
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(38.259)	(24.377)	(89.341)	(98.863)		
	569.836	267.838	1.295.046	1.183.286		

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
32. DESPESAS POR NATUREZA						
Aduos, Fertilizantes, Defensivos, Insumos	25.997	14.475	83.260	75.177		
Cana-de-açúcar de terceiros	54.367	39.597	273.242	238.253		
Combustíveis, Lubrificantes, Pneumáticos	17.867	13.594	66.396	65.282		
Custos portuários	2.175	2.606	6.701	7.472		
Depreciação e Amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	80.644	83.620	305.180	233.681		
Impostos, Taxas e Contribuições	3.474	2.523	7.603	6.824		
Mão de obra, Encargos, Benefícios	120.947	66.528	296.368	274.635		
Outras despesas	17.057	15.630	45.002	52.860		
Peças/Serviços de Manutenção	49.614	21.916	93.417	89.028		
Serviços de terceiros	20.459	15.984	58.971	52.391		
Gastos com transportes de terceiros	26.466	16.462	87.510	88.940		
Materiais para revenda	7.216	18.849	25.564	33.300		
	426.283	311.784	1.349.214	1.217.843		
Ativo biológico, invest. em plantio e tratos	(69.816)	(20.067)	(140.052)	(122.834)		
Imobiliz., invest. ambient. e manut. relevante	(60.816)	(17.749)	(81.100)	(76.493)		
Varição no estoque de produtos acabados	150.571	5.464	(73.025)	34.832		
Total dos custos dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administr.	446.222	279.432	1.055.037	1.053.348		

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
33. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS						
Resultado na venda de imobilizado	893	837	2.194	1.274		
Parcelamento da Lei 11.941	(10.039)	(7.160)	(9.945)	1.856		
Ganho (perda) de capital com investimentos	8.533	24.666				
Provisão para contingências	(13.144)		(13.184)			
Gastos com reestruturação societária	(3.799)		(11.717)			
Outros	2.531	1.881	3.742	(3.921)		
	(15.025)	(4.442)	(4.244)	(791)		

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
34. RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras						
Juros recebidos e auferidos	7.770	1.233	20.439	5.098		
Resultado positivo com derivativos	14.539	40.088	15.361	96.425		
Outras receitas	192	390	3.673	3.106		
	22.501	41.711	39.473	104.629		
Despesas financeiras						
Juros pagos e incorridos	(19.659)	(14.342)	(59.887)	(61.917)		
Resultado negativo com derivativos	(20.942)	(59.953)	(35.556)	(100.902)		
Outras despesas	(2.073)	(1.944)	(6.164)	(8.390)		
	(42.674)	(76.239)	(101.607)	(171.209)		
Varição cambial e monetária						
Varição cambial e monetária positiva	27.141	25.342	80.851	166.222		
Varição cambial e monetária negativa	(20.585)	(16.554)	(57.386)	(82.925)		
	6.556	8.788	23.465	83.297		
Resultado financeiro, líquido	(13.617)	(25.740)	(38.669)	16.717		

35. LUCRO POR AÇÃO - (a) Básico: O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2011		2010	
	De acordo com o BR GAAP antigo	De acordo com o IFRS	De acordo com o BR GAAP antigo	De acordo com o IFRS
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	142.288	103.679	142.288	103.679
Denominador				
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício - lotes de mil	112.861	112.861	112.861	112.861

Resultado básico por ação

(b) Diluído: O lucro líquido básico por ação e o lucro líquido diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o lucro por ação. **36. COBERTURA DE SEGUROS:** A Companhia e suas controladas mantêm programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 31 de março de 2011 são:

	Cobertura máxima (*)	
	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	676.486	840.208
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	140.000	196.523
Roubo ou furto	2.846	7.449
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc.	5.500	10.387
Danos elétricos	15.936	22.075
Outras coberturas	10.200	18.322

(*) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE. **37. EVENTO SUBSEQUENTE:** Em 30 de maio de 2011, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou a incorporação da subsidiária Omtex na Com-

panhia, com data-base 30 de abril de 2011. A reestruturação tem o objetivo de aumentar a eficiência das operações em decorrência da centralização e consolidação das atividades da Omtex pela Companhia e o fortalecimento do desempenho financeiro da Companhia, objetivando maiores níveis de competitividade e produtividade. Após a reestruturação supracitada, a Companhia passará a concentrar as atividades de fabricação, comercialização, exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de produtos químicos e orgânicos, bem como a fabricação de aditivo, ingrediente e suplemento para consumo animal. O capital social da Companhia não sofrerá alterações, em virtude da Omtex ser sua subsidiária integral. **38. ADOÇÃO DO IFRS E DOS CPCs PELA PRIMEIRA VEZ - 38.1. Base da transição - 38.1.1. Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1:** As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2011 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRS. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de março de 2011 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais. A data de transição é 1º de abril de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva. **38.1.2. Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia - (a) Isenção do valor justo como custo atribuído:** A Companhia e determinadas controladas optaram por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de abril de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 38.2(a). **(b) Isenção de combinação de negócios:** A Companhia optou por não remensurar as combinações de negócios anteriores à data de transição pelo valor justo dos ativos e passivos adquiridos. **(c) Outras isenções não seguidas pela Companhia:** • Isenção de ativos e passivos de controladas, coligadas e empreendimentos conjuntos. • Isenção das diferenças acumuladas de conversão. • Isenção do benefício a empregados. **38.1.3. Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia - (a) Exceção das estimativas:** As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de abril de 2009 e em 31 de março de 2010 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"). As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas: • Reversão de ativos e passivos financeiros. • Participação de não controladores.

38.2. Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs e IFRS - (a) Deemed cost: A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação aos principais grupos de bens do ativo imobilizado (Nota 15). Os laudos de avaliação dos bens, na data-base 1º de abril de 2009, determinaram o valor justo desses bens para a Companhia e para o Consolidado, e resultaram em mais-valias de R\$ 282.727 e R\$ 895.874, respectivamente, em relação ao valor contábil reavaliado de acordo com o BR-GAAP antigo. O aumento na Companhia e no Consolidado em 31 de março de 2010 representava R\$ 284.295 e R\$ 909.386, respectivamente. **(b) Ativo biológico:** Os ativos biológicos da Companhia e sua controlada UBV (representados por lavouras cana-de-açúcar) eram registrados no BR GAAP antigo ao custo de formação. Os referidos custos eram classificados no grupo dos estoques, no caso dos gastos com tratamentos culturais do ano corrente, e como parte do ativo imobilizado, no caso dos gastos com o plantio (soqueira da cana-de-açúcar). Em linha com o CPC 29, a Companhia e sua controlada ajustaram, de forma retrospectiva à data de transição, seus ativos biológicos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda e reclassificaram os correspondentes valores para um grupo de conta específico no balanço patrimonial ("Ativos biológicos"). Em 1º de abril de 2009, além das reclassificações dos estoques e do imobilizado, os ativos biológicos tiveram ajustes negativos que reduziram o correspondente valor contábil para o valor justo, nos montantes de R\$ 9.395 e R\$ 72.624 na controladora e no consolidado, respectivamente, bruto dos efeitos tributários. Os referidos ajustes iniciais tiveram contrapartida a débito da conta de prejuízos acumulados. Em 31 de março de 2010, os valores antes reconhecidos foram parcialmente realizados e o registro das novas variações para o valor justo no final do ano foi contabilizado, ambos substancialmente contra o resultado do exercício na rubrica de "Custo dos produtos vendidos". **(c) Gastos pré-operacionais (baixa do Ativo diferido):** Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo a Companhia e suas controladas adotavam como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. Gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesas imediatamente. Dessa forma, no Consolidado, os saldos de R\$ 42.819 e R\$ 40.177, em 1º de abril de 2009 e em 31 de março de 2010, respectivamente, bem como a amortização de R\$ 2.641 reconhecida durante o exercício de 2010, foram ajustados. Os referidos ajustes foram registrados em contrapartida da conta de lucros (prejuízos) acumulados e referem-se, substancialmente, a controlada UBV. **(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ajustes mencionados nos itens (a) "Deemed cost", (b) "Ativos biológicos", e (c) "Gastos pré-operacionais - baixa do Ativo diferido", acima, tiveram seus correspondentes reflexos de tributos diferidos registrados à razão de 34% sobre os respectivos ajustes, em contrapartida do patrimônio líquido de 1º de abril de 2009 (prejuízos acumulados e ajustes de avaliação patrimonial). Em 31 de março de 2010, os correspondentes ajustes ativos e passivos foram registrados contra o resultado do exercício. Adicionalmente aos reflexos dos ajustes mencionados acima, a Companhia e suas controladas registraram, em 1º de abril de 2009, os tributos diferidos sobre mais-valia da reavaliação de terras, que reduziram o patrimônio líquido ("Ajustes de avaliação patrimonial") da Companhia e do Consolidado nos montantes de R\$ 115.863 e R\$ 309.869, respectivamente. O BR GAAP antigo não previa o registro de tributos diferidos sobre a mais-valia de reavaliação de terras, motivo pelo qual esses ajustes tiveram que ser realizados para alinhamento à prática contábil internacional (IFRS), conforme previsto pelo ICP 10. **38.2.1. Conciliação do patrimônio líquido da controladora em 1º de abril de 2009**

	Controladora, em 1º de abril de 2009				
	De acordo com o BR GAAP antigo	Deemed cost (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	De acordo com o IFRS
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	28.676				28.676
Contas a receber de clientes	9.980				9.980
Instrumentos financeiros derivativos	942				942
Estoques	63.264		(32.073)		31.191
Tributos a recuperar	8.266				8.266
Imposto de renda e contribuição social	5.596				5.596
Outros ativos	2.641				2.641
	119.365		(32.073)		87.292
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	16.420				16.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.066		3.194		39.260
Contas a receber - Copersucar	6.435				6.435
Tributos a recuperar	8.158				8.158
Depósitos judiciais	4.827				

São Martinho S.A.

38.2.5. Conciliação do resultado da controladora em 31 de março de 2010

	Controladora, em 31 de março de 2010				De acordo com o IFRS
	De acordo com o BR GAAP antigo	Deemed cost (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	
Receitas	267.838				267.838
Custo dos produtos vendidos	(220.554)	1.959	(24.372)		(242.967)
Lucro bruto	47.284	1.959	(24.372)		24.871
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(9.649)				(9.649)
Despesas gerais e administrativas	(26.816)				(26.816)
Resultado de equivalência patrimonial	103.221	7.423	19.227	(866)	129.005
Outras despesas, líquidas	(3.921)	(521)			(4.442)
	62.835	6.902	19.227	(866)	88.098
Lucro operacional antes do resultado financeiro	110.119	8.861	(5.145)	(866)	112.969
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	41.711				41.711
Despesas financeiras	(76.239)				(76.239)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	8.788				8.788
	(25.740)				(25.740)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	84.379	8.861	(5.145)	(866)	87.229
Imposto de renda e contribuição social Do exercício					
Diferidos	8.653	(489)	8.286		16.450
Lucro líquido do exercício	93.032	8.372	3.141	(866)	103.679

38.2.6. Conciliação do resultado consolidado em 31 de março de 2010

	Consolidado, em 31 de março de 2010				De acordo com o IFRS
	De acordo com o BR GAAP antigo	Deemed cost (a)	Ativos biológicos (b)	Baixa do Ativo diferido (c)	
Receitas	1.183.286				1.183.286
Custo dos produtos vendidos	(916.545)	13.530	7.240		(895.775)
Lucro bruto	266.741	13.530	7.240		287.511
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(61.453)				(61.453)
Despesas gerais e administrativas	(99.199)	438		2.641	(96.120)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.668	(1.282)	(2.514)	(2.663)	(791)
	(154.984)	(844)	(2.514)	(22)	(158.364)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	111.757	12.686	4.726	(22)	129.147
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	104.629				104.629
Despesas financeiras	(171.209)				(171.209)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	83.297				83.297
	16.717				16.717
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	128.474	12.686	4.726	(22)	145.864
Imposto de renda e contribuição social Do exercício					
Diferidos	(21.014)				(21.014)
	(11.178)	(4.313)	(2.462)	(899)	(18.852)
Lucro líquido do exercício	96.282	8.373	2.264	(921)	105.998
Atribuível a					
Acionistas da Companhia	93.196	8.373	2.264	(154)	103.679
Participação dos não controladores	3.086		(877)	110	2.319
	96.282	8.373	1.387	(44)	105.998

38.2.7. Efeitos no patrimônio líquido e no resultado decorrentes da plena adoção das novas normas contábeis (CPCs/IFRS), para cada trimestre do exercício corrente e comparativo:

Nota	Controladora								
	1º/04/09	30/06/09	30/09/09	31/12/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10	31/12/10	
Patrimônio líquido em "BR GAAP antigo"	1.576.702	1.605.568	1.625.776	1.630.544	1.690.755	1.710.793	1.707.685	1.701.165	
Ajustes do IFRS/CPCs									
Custo atribuído (Deemed cost)	(a) 70.737	70.893	71.337	71.407	71.687	71.653	71.514	177.201	
Ativos biológicos	(b) (6.201)	(9.768)	(15.231)	(19.463)	(22.285)	(22.989)	(23.738)	(28.577)	
Equivalência sobre os ajustes	143.589	150.196	158.300	158.370	169.234	166.121	162.144	77.658	
Patrimônio líquido em IFRS	1.784.827	1.816.889	1.840.182	1.840.858	1.909.391	1.925.578	1.917.605	1.927.447	
Patrimônio líquido em "BR GAAP antigo"	1.575.201	1.604.108	1.624.357	1.629.166	1.689.418	1.709.497	1.706.430	1.699.951	
Ajustes do IFRS/CPCs									
Custo atribuído (Deemed cost)	(a) 281.408	282.478	285.171	286.777	289.645	290.245	290.599	291.563	
Ativos biológicos	(b) (46.295)	(44.597)	(44.635)	(48.131)	(43.154)	(48.414)	(54.442)	(49.285)	
Baixa o Ativo diferido	(c) (25.487)	(25.100)	(24.711)	(26.954)	(26.518)	(25.750)	(24.982)	(14.782)	
Patrimônio líquido em IFRS, excluindo a participação de acionistas não controladores	1.784.827	1.816.889	1.840.182	1.840.858	1.909.391	1.925.578	1.917.605	1.927.447	
Participação dos acionistas não controladores	(4.410)	(4.650)	(5.013)						
Patrimônio líquido em IFRS	1.780.417	1.812.239	1.835.169	1.840.858	1.909.391	1.925.578	1.917.605	1.927.447	
Lucro líquido em "BR GAAP antigo"									
Ajustes do IFRS/CPCs									
Custo atribuído (Deemed cost)	(a) 1.070	2.694	1.741	2.867	600	354	460		
Ativos biológicos	(b) 1.700	(37)	(3.499)	4.978	(5.261)	(6.026)	5.159		
Baixa o Ativo diferido	(c) 429	429	(2.202)	477	810	807	10.239		
Lucro líquido em IFRS	32.065	23.294	19.139	29.181	19.072	41.676	69.665		
Lucro líquido em "BR GAAP antigo"									
Ajustes do IFRS/CPCs									
Custo atribuído (Deemed cost)	(a) 1.070	2.694	1.741	2.867	600	354	460		
Ativos biológicos	(b) 1.412	(450)	(3.675)	4.978	(5.261)	(6.027)	5.158		
Baixa o Ativo diferido	(c) 436	437	(2.228)	436	769	767	10.199		
Participação dos acionistas não controladores	240	364	161						
Lucro líquido em IFRS	32.065	23.294	19.139	29.181	19.072	41.676	69.665		

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA MANOEL DE MOURA SILVA FILHO - Contador - CRC 1SP 215551/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas São Martinho S.A. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Martinho S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da São Martinho S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a

eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Martinho S.A. e suas controladas em 31 de março de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da São Martinho S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ribeirão Preto, 27 de junho de 2011**